

Alerta Legislação, nº 27, de 1º a 07 de julho de 2013

Boletim semanal

Casa Civil do Estado de São Paulo • Biblioteca
<http://www.casacivil.sp.gov.br/biblioteca-ccivil/home.asp>

DESTAQUES

Governo Federal

- **DECRETO Nº 8.038, DE 4 DE JULHO DE 2013**
Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.

Governo do Estado de São Paulo

- **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.207, DE 5 DE JULHO DE 2013**
Dispõe sobre os Concursos Públicos Regionalizados para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas
DOE, Seção I, 06/07/2013, p. 1
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.205, DE 1º DE JULHO DE 2013**
Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado. (7,37 %)
- **LEI COMPLEMENTAR Nº 1.204, DE 1º DE JULHO DE 2013**
Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas
- **LEI Nº 15.060, DE 1º DE JULHO DE 2013**
Dispõe sobre a utilização de vale-refeição como forma de pagamento, na forma que especifica

Prefeitura da Cidade de São Paulo

- **DECRETO Nº 54.058, DE 1º DE JULHO DE 2013**
Cria o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT, no âmbito da Secretaria Municipal de Transportes.

LEGISLAÇÃO FEDERAL	
PUBLICAÇÃO DOU	SUPERIOR
05/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 8.039, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011, que institui o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "ÁGUA PARA TODOS".</p> <p><u>DECRETO Nº 8.038, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta o Programa Nacional de Apoio à Captação de Água de Chuva e Outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - Programa Cisternas, e dá outras providências.</p>
03/07/2013	<p><u>LEI Nº 12.836, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> Altera os arts. 2º, 32 e 33 da Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade.</p>
01/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 8.037, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 3.029, de 16 de abril de 1999, que aprova o Regulamento da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para dispor sobre a Comissão Científica em Vigilância Sanitária.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.036, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera os Decretos nº 5.269, de 10 de novembro de 2004, que dispõe sobre a competência, composição e funcionamento do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, e nº 5.543, de 20 de setembro de 2005, que regulamenta dispositivos da Lei nº 10.893, de 13 de julho de 2004, que dispõe sobre o Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e o Fundo da Marinha Mercante - FMM, e o art. 17 da Lei nº 9.432, de 8 de janeiro de 1997, que dispõe sobre a ordenação do transporte aquaviário e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 8.035, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera a Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, aprovada pelo Decreto nº 7.660, de 23 de dezembro de 2011. (Móveis e eletrodomésticos)</p>
28/06/2013 Ed. Extra	<p><u>DECRETO Nº 8.034, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera o Decreto nº 4.418, de 11 de outubro de 2002, que aprova o Estatuto Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.</p>
MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
Presidência da República (PR)	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESESTATIZAÇÃO (CND) <u>RESOLUÇÃO Nº 7, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Aprova o modelo de desestatização da operação da EF- 222, destinada ao Trem de Alta Velocidade - TAV, no trecho entre os Municípios do Rio de Janeiro - RJ, São Paulo - SP e Campinas - SP, o procedimento de operacionalização da concessão e dá</p>

	<p>outras providências.</p> <p>CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA ENERGÉTICA (CNPE) <u>RESOLUÇÃO Nº 5, DE 25 DE JUNHO DE 2013</u> Aprova os parâmetros técnicos e econômicos dos contratos de partilha de produção para a Primeira Rodada de Licitações de blocos exploratórios de petróleo e gás natural sob o regime de partilha de produção.</p> <p>SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL (SAC) – Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) <u>PORTARIA Nº 1.719, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Classifica os aeroportos para fins de cobrança de tarifas aeroportuárias.</p> <p>SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS (SDH) <u>PORTARIA Nº 767, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Comitê Nacional de Políticas Públicas LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.</p> <p><u>PORTARIA Nº 766, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Institui o Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - LGBT e dá outras providências.</p>
<p>Atos do Congresso Nacional (CN)</p>	<p><u>DECRETO LEGISLATIVO Nº 306, DE 2013(*)</u> Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Construção de uma Ponte Internacional sobre o Rio Peperi-Guaçu, entre as Cidades de Paraíso, Brasil, e San Pedro, Argentina, assinado em Buenos Aires, em 31 de janeiro de 2011. (*) O texto do Acordo está publicado no Diário do Senado Federal de 2/4/2013.</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 42, DE 2013</u> [...] a Medida Provisória nº 614, de 14 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 15, do mesmo mês e ano, que "Altera a Lei nº 12.772, de 28 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal; altera a Lei nº 11.526, de 4 de outubro de 2007; e dá outras providências", tem sua vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 4 de julho de 2013. Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 41, DE 2013</u> [...] a Medida Provisória nº 613, de 7 de maio de 2013, publicada no Diário Oficial da União no dia 8, do mesmo mês e ano, que "Institui crédito presumido da Contribuição para o PIS/PASEP e da COFINS na venda de álcool, inclusive para fins carburantes; altera a Lei nº 10.865, de 30 de abril de 2004, e a Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, para dispor sobre incidência das referidas contribuições na importação e sobre a receita decorrente da venda no mercado interno de insumos da indústria química nacional que especifica, e dá outras providências", tem sua</p>

	<p>vigência prorrogada pelo período de sessenta dias. Congresso Nacional, 28 de junho de 2013.</p> <p>Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional Atos do Congresso Nacional</p> <p><u>ATO DECLARATÓRIO DO PRESIDENTE DA MESA DO CONGRESSO NACIONAL Nº 40, DE 2013</u></p> <p>[...] a Medida Provisória nº 607, de 19 de fevereiro de 2013, que "Altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, para modificar o Benefício para Superação da Extrema Pobreza", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 19 de junho do corrente ano. Congresso Nacional, em 28 de junho de 2013.</p> <p>Senador RENAN CALHEIROS Presidente da Mesa do Congresso Nacional</p>
<p>Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)</p>	<p>CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO (CNPq)</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 25, DE 26 DE JUNHO DE 2013</u></p> <p>[...] Alterar os itens e subitens 4.3.2, 5.4.4, 7.5 e 10.5 das Normas Gerais de bolsas no exterior, RN-029/2012, publicada no DOU de 17/09/2012, Seção 1, página 10. Revogar as alíneas "c" dos itens 2 das Normas Específicas de Pós-Doutorado no Exterior (PDE) e de Doutorado Pleno no Exterior (GDE). Fica também alterado o quinto parágrafo do Termo de Compromisso e Aceitação de Bolsa no Exterior.</p> <p>Esta Resolução Normativa tem vigência a partir da data da sua publicação.</p> <p>http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/515690</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 24, DE 26 DE JUNHO DE 2013</u></p> <p>[...] Estabelecer os valores de diárias para apoiar a participação de usuários do CNPq, no País e no exterior, em eventos científicos ou tecnológicos de curta duração ou em atividade de pesquisa de caráter emergencial ou de pequeno porte.</p> <p>Esta Resolução Normativa tem vigência a partir da data da sua publicação.</p> <p>http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/1101022</p> <p><u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 23, DE 26 DE JUNHO DE 2013</u></p> <p>[...] Estabelecer o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) para a bolsa de Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI-A). Fica alterada a RN-016/2010 - Tabela de Valores de Bolsas de Fomento Tecnológico e Extensão Inovadora, publicada no DOU de 09/07/2010, Seção 1, página 6.</p> <p>Esta Resolução Normativa entra em vigência na data da sua assinatura, surtindo seus efeitos financeiros, a partir de 1º de julho de 2013.</p> <p>http://www.cnpq.br/web/guest/view/-/journal_content/56_INSTANCE_0oED/10157/25305</p> <p>SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO (SETEC)</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 2, DE 4 DE JULHO DE 2013</u></p> <p>[...] Art. 1º Tornar público que será limitada em até 10% a.a. (dez por cento ao ano) a parcela a ser equalizada dos encargos</p>

	<p>das operações de crédito da Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, nos termos do Decreto nº 4.195, de 11 de abril de 2002, e da Portaria nº 727, de 24 de novembro de 2005, para os financiamentos contemplados com o referido benefício e aprovados no terceiro trimestre de 2013, assim como para os que, aprovados anteriormente, venham a ser contratados no referido trimestre. [...]</p>
<p>Ministério da Cultura (MinC)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1, DE 24 DE JUNHO DE 2013 Estabelece procedimentos para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento e prestação de contas de propostas culturais, relativos ao mecanismo de incentivos fiscais do Programa Nacional de Apoio à Cultura - Pronac.</p> <p>FUNDAÇÃO NACIONAL DE ARTES (FUNARTE) PORTARIA Nº 258, DE 1º DE JULHO DE 2013 [...] em conformidade com a Portaria nº 192, de 16/05/2013, publicada no DOU de 17/05/2013 que instituiu o Prêmio Funarte de Teatro Myriam Muniz/2013, resolve: I - Prorrogar o prazo de inscrição do edital acima citado até 15 de julho de 2013; II - Os demais itens do edital permanecem inalterados.</p> <p>PORTARIA Nº 257, DE 1º DE JULHO DE 2013 [...] I - Aprovar, para conhecimento dos interessados, o Edital do Prêmio Funarte Mulheres nas Artes Visuais; II - O referido Edital será publicado no Diário Oficial da União, na seção 3; [...]</p> <p>SECRETARIA DA CIDADANIA E DA DIVERSIDADE CULTURAL (SCDC) PORTARIA Nº 25, DE 2 DE JULHO DE 2013 Dispõe sobre a prorrogação do prazo de inscrições do Edital de Divulgação N.º 2 de 01 de novembro de 2012 - Prêmio Culturas Populares - Edição 100 Anos de Mazaropi - A Cultura Popular no Cinema.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA NORMATIVA Nº 1.983/MD, DE 3 DE JULHO DE 2013 Dispõe sobre o estabelecimento de Requisitos Operacionais Conjuntos (ROC) para o Veículo Aéreo Não-Tripulado de Inteligência, Reconhecimento, Vigilância e Aquisição de Alvos (VANT/ARP ISTAR) das Forças Armadas.</p>
<p>Ministério da Educação (MEC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) PORTARIA Nº 600, DE 4 DE JULHO DE 2013 [...] Art. 1º Fica instituído no âmbito do Ministério da Educação, a Comissão Interna, Intersetorial, de Cultura, Educação Ambiental e Sustentabilidade - CICEAS/MEC, para coordenar e estimular iniciativas voltadas à sustentabilidade socioambiental, incluindo as do Projeto Esplanada Sustentável e outras, enfatizando a sua dimensão educadora e de promoção de mudanças culturais junto ao cotidiano da instituição e de suas vinculadas. [...]</p>

	<p><u>PORTARIA Nº 579, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Fica instituída a Escola da Terra como uma das ações do Programa Nacional de Educação do Campo - Pronacampo, por meio da qual o Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão - SECADI/MEC e em regime de colaboração com estados, Distrito Federal e com as prefeituras municipais, reafirma e aprofunda o compromisso previsto no Decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, de ampliar e qualificar a oferta de educação básica e superior às populações do campo. [...]</p> <p><u>PORTARIA Nº 576, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Dispõe sobre o Fórum de Avaliação do Financiamento da Educação Básica Nacional.</p> <p><u>PORTARIA Nº 568, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera a Portaria MEC nº 160, de 05 de março de 2013, que dispõe sobre habilitação e adesão das instituições privadas de ensino superior e de educação profissional técnica de nível médio ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).</p> <p>COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR (CAPES) <u>PORTARIA Nº 86, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Aprovar o Regulamento do Programa Nacional de Pós-Doutorado - PNPD, constante do anexo a esta portaria. [...]</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 334, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de Postos Aplicadores e define procedimentos para aplicação do Exame para obtenção do Certificado de Proficiência em Língua Portuguesa para Estrangeiros (Celpe-Bras).</p>
<p>Ministério da Fazenda (MF)</p>	<p>BANCO CENTRAL DO BRASIL (BACEN) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.238, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera a Resolução nº 4.170, de 20 de dezembro de 2012, que estabelece as condições para a contratação dos financiamentos passíveis de subvenção econômica de que tratam as Leis nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, e nº 12.409, de 25 de maio de 2011.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.237, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Fixa a meta para a inflação e seu intervalo de tolerância para o ano de 2015.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.236, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Define a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) para o terceiro trimestre de 2013.</p> <p>PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL (PGFN) <u>PORTARIA CONJUNTA Nº 1, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre procedimentos quanto à atuação conjunta da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN, com a Secretaria-Geral de Contencioso - SGCT e com a Consultoria-</p>

	<p>Geral da União - CGU nos processos de natureza fiscal que tramitam junto ao Supremo Tribunal Federal - STF e que sejam de competência originária daquele Tribunal.</p> <p>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL (RFB) <u>INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 1.370, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Disciplina a aplicação do Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto).</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS (SUSEP) <u>CIRCULAR Nº 470, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Dispõe sobre as regras e os critérios para operação das coberturas oferecidas em plano de seguro de Riscos de Petróleo, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério da Integração Nacional (MI)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 274, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Altera a Portaria nº 607, de 19 de agosto de 2011, que regulamenta o uso do Cartão de Pagamento de Defesa Civil - CPDC.</p>
<p>Ministério da Justiça (MJ)</p>	<p>DEPARTAMENTO DE POLÍCIA RODOVIÁRIA FEDERAL (DPRF) <u>PORTARIA NORMATIVA Nº 10, DE 17 DE JUNHO DE 2013</u> Atualiza o Manual de Procedimentos Operacionais 017, MPO-017, que regulamenta o credenciamento, funcionamento e fiscalização das empresas responsáveis pela execução dos serviços de escolta aos veículos transportadores de cargas superdimensionadas.</p>
<p>Ministério da Previdência Social (MPS)</p>	<p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL (INSS) <u>PORTARIA Nº 1.495, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Dispõe sobre procedimentos a serem observados relativamente à inclusão, suspensão e exclusão de nomes de responsáveis pelo pagamento de débitos perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, no Cadastro Informativo dos Débitos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais - Cadin.</p> <p>SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR (PREVIC) → Diretoria Colegiada (DC) <u>INSTRUÇÃO Nº 3, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre os procedimentos a serem adotados pelas entidades fechadas de previdência complementar para fins do pedido de autorização de retirada de patrocínio regulada pela Resolução CNPC nº 11, de 13 de maio de 2013, no âmbito da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc.</p>
<p>Ministério da Saúde (MS)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.303, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Estabelece os requisitos mínimos de ambientes para os componentes da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e dá outras providências.</p> <p><u>PORTARIA Nº 1.302, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u></p>

	<p>Altera o prazo para o registro das informações das ações realizadas na Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola) junto aos Sistemas de Avaliação e Monitoramento do PSE.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR (ANS) – Diretoria Colegiada (DC) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA - RN Nº 332, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> Altera o Regimento Interno da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, instituído pela Resolução Normativa - RN nº 197, de 16 de julho de 2009, e a RN nº 198, de 16 de julho de 2009, que define o quadro de cargos comissionados e cargos comissionados técnicos da ANS.</p>
<p>Ministério das Cidades (MCid)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 287, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> Altera a Portaria nº 164, de 12 de abril de 2013, do Ministério das Cidades, estabelece procedimentos a serem adotados em relação a Termos de Compromisso celebrados no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, cuja execução do objeto se encontra paralisada, e dá outras providências.</p>
<p>Ministério das Comunicações (MC)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 197, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Estabelece data limite para a apresentação de pedido de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária e altera a Norma nº 1/2011, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES (ANATEL) <u>PORTARIA Nº 559, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Aprova a Política de Segurança da Informação e Comunicações da Agência Nacional de Telecomunicações.</p>
<p>Ministério de Minas e Energia (MME)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA (ANEEL) <u>RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 556, DE 18 DE JUNHO DE 2013</u> Aprovar os Procedimentos do Programa de Eficiência Energética - PROPEE.</p> <p><u>RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.563, DE 2 DE JULHO DE 2013</u> Homologa as Tarifas de Energia - TEs e as Tarifas de Uso dos Sistemas de Distribuição - TUSDs referentes à Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. - Eletropaulo e dá outras providências.</p> <p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS (ANP) <u>RESOLUÇÃO Nº 24, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> [...] Art. 1º. Fica aprovado o Regulamento, em anexo, que dispõe sobre os procedimentos para a realização de licitações de Blocos destinadas à contratação das atividades de exploração e produção de petróleo e de gás natural sob o regime de partilha de produção. [...]</p>

<p>Ministério do Meio Ambiente (MMA)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS (ANA) <u>PORTARIA Nº 132, DE 28 DE JUNHO DE 2013</u> [...] considerando a necessidade de formalizar procedimentos internos de participação e acompanhamento da ação da ANA no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH e em suas Câmaras Técnicas - CTs, resolve: Art. 1º A Agência Nacional de Águas - ANA, na qualidade de um dos três conselheiros representantes do Ministério do Meio Ambiente - MMA no CNRH, é representada no plenário por seus diretores. [...]</p>
<p>Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG)</p>	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 239, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º Alterar os arts. 1º e 2º da Portaria Interministerial nº 169, de 23 de abril de 2012, que passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 1º Esta Portaria Interministerial dispõe sobre a celebração dos convênios, contratos de repasse ou outros instrumentos congêneres, envolvendo a instalação de sistemas coletivos de abastecimento de água no âmbito do Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Água - "Água para Todos", instituído pelo Decreto nº 7.535, de 26 de julho de 2011. [...]"</p>
<p>Ministério do Trabalho e Emprego (MTE)</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA Nº 1.005, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> [...] Art. 1º A Portaria nº 723, de 23 de abril de 2012, * passa a vigorar com as seguintes alterações: [...] * [...] <i>Criar o Cadastro Nacional de Aprendizagem Profissional - CNAP, destinado ao cadastramento das entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica [...]</i></p> <p>CONSELHO DELIBERATIVO DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR (CODEFAT) <u>RESOLUÇÃO Nº 714, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Disciplina o pagamento do Abono Salarial referente ao exercício de 2013/2014</p>
<p>Ministério dos Transportes (MT)</p>	<p>AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES (ANTT) <u>RESOLUÇÃO Nº 4.131, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Autoriza a Concessionária Ferrovia Centro-Atlântica S.A. - FCA a proceder à desativação e devolução de trechos ferroviários.</p> <p><u>RESOLUÇÃO Nº 4.130, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre as características, especificações e padrões técnicos a serem observados nos ônibus utilizados na operação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros e sobre os multiplicadores tarifários dos serviços diferenciados.</p>
<p>Publicação DOE-SP</p>	<p>SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO</p>
<p>PUBLICAÇÃO DOE</p>	<p>LEGISLAÇÃO SUPERIOR</p>

<p>06/07/2013</p>	<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.207, DE 5 DE JULHO DE 2013 Dispõe sobre os Concursos Públicos Regionalizados para os integrantes do Quadro do Magistério da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas DOE, Seção I, 06/07/2013, p. 1</p> <p>LEI Nº 15.062, DE 5 DE JULHO DE 2013 Dispõe sobre a instituição de medidas de estímulo à regularização ou liquidação de dívidas oriundas de operações de crédito rural, contratadas através do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista – O Banco do Agronegócio Familiar – FEAP/BANAGRO</p> <p>LEI Nº 15.061, DE 5 DE JULHO DE 2013 (Projeto de lei nº 552/12, do Deputado Beto Tricoli - PV) Altera a Lei nº 5.280, de 4 de setembro de 1986, que declara área de proteção ambiental a região que circunda a represa hidrelétrica do Bairro da Usina, no Município de Atibaia DOE, Seção I, 06/07/2013, p. 1</p> <p>DECRETO Nº 59.348, DE 5 DE JULHO DE 2013 Restabelece a vigência de dispositivos do Decreto nº 41.767, de 5 de maio de 1997, que aprovou Programas e Projetos de interesse para a economia estadual, com o apoio de recursos provenientes do Fundo de Expansão da Agropecuária e da Pesca - FEAP DOE, Seção I, 06/07/2013, p. 3</p>
<p>05/07/2013</p>	<p>DECRETO Nº 59.346, DE 4 DE JULHO DE 2013 Substitui o Anexo a que alude o artigo 5º do Decreto nº 57.343, de 16 de setembro de 2011, que autorizou o Fundo Social de Solidariedade do Estado de São Paulo - FUSSESP a representar o Estado na celebração de convênios com Municípios paulistas, por intermédio dos respectivos Fundos Sociais de Solidariedade, e com entidades de fins não econômicos domiciliadas na Capital, visando à implantação do Projeto "Pólos Regionais da Escola de Moda", no âmbito do Programa "Escola de Qualificação Profissional"</p>
<p>04/07/2013</p>	<p>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.206, DE 3 DE JULHO DE 2013 Cria cargos na Secretaria da Segurança Pública, e dá outras providências</p> <p>DECRETO Nº 59.339, DE 3 DE JULHO DE 2013 Implementa o Convênio ICMS 38/13 no que se refere à remissão dos créditos tributários relativos ao ICMS constituídos ou não em virtude do descumprimento das obrigações acessórias instituídas pelo Ajuste SINIEF nº 19, de 7 de novembro de 2012</p> <p>DECRETO Nº 59.338, DE 3 DE JULHO DE 2013 Altera o Decreto 54.179, de 30-3-2009, que regulamenta o Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo e dá outras providências</p> <p>DECRETO Nº 59.337, DE 3 DE JULHO DE 2013 Cria e organiza, na Secretaria da Administração Penitenciária, o Centro de Progressão Penitenciária de Jardinópolis e dá providências correlatas</p>

<p>02/07/2013</p>	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.205, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a revalorização das Escalas de Classes e Vencimentos do Quadro da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado</p> <p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 1.204, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a reclassificação de vencimentos e salários dos integrantes do Quadro do Magistério e do Quadro de Apoio Escolar da Secretaria da Educação, e dá providências correlatas</p> <p><u>LEI Nº 15.060, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> (Projeto de lei nº 393/12, do Deputado André Soares - DEM) Dispõe sobre a utilização de vale-refeição como forma de pagamento, na forma que especifica</p> <p><u>DECRETO Nº 59.333, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Reduz para 6 (seis) meses o interstício na graduação de Aspirante a Oficial PM da Polícia Militar do Estado de São Paulo</p> <p><u>DECRETO Nº 59.332, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Cria, na Coordenadoria de Serviços de Saúde, da Secretaria da Saúde, o Centro de Referência da Saúde da Mulher de Ribeirão Preto - Mater e dá providências correlatas</p> <p><u>DECRETO Nº 59.330, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a organização das Circunscrições Regionais de Trânsito de Amparo, Caraguatatuba, Palmital, Presidente Epitácio, Presidente Venceslau e de Santa Fé do Sul e dá providências correlatas</p>
<p>SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO</p>	<p>MARGINÁLIA ESTADUAL</p>
<p>Cultura (SC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SC-37, DE 02-07-2013</u> Dispõe sobre a concessão de entrada gratuita nos museus vinculados à Secretaria da Cultura no período da Jornada Mundial da Juventude</p>
<p>Desenvolvimento Social (SEDS)</p>	<p>CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CONSEAS) <u>DELIBERAÇÃO Nº 014/2013</u> Dispõe sobre a aprovação do Termo de Aceite das Ações Estratégicas do PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil</p>
<p>Fazenda (SF)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SF 45, DE 05-07-2013</u> [...] Artigo 1º - O valor do Índice Agregado de Cumprimento de Metas - ICA, referente ao 1º trimestre do exercício de 2013, corresponde a 72,87% para a Secretaria da Fazenda, conforme apuração efetuada pela comissão instituída pela Resolução SF 40, de 15-06-2012, e consubstanciada na nota técnica anexa. [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO SF 43, DE 01-07-2013</u> O Secretário da Fazenda, à vista do disposto no artigo 5º da Resolução SF 56, de 23-10-2008, para fins de pagamento da</p>

Participação nos Resultados – PR, instituída pela [Lei Complementar 1.059, de 18-09-2008](#), faz saber que o valor do ICAT, índice de cumprimento de metas das Unidades da Administração Tributária, referente aos indicadores globais da Coordenadoria da Administração Tributária – CAT, relativamente ao período de avaliação trimestral encerrado em 31-03-2013, corresponde a 68,38%, sendo sua apuração consubstanciada na nota técnica anexa a esta resolução.

NOTA TÉCNICA 1/2013

APURAÇÃO DE INDICADORES DA PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS - PR

1º TRIMESTRE DE 2013 [...]

RESOLUÇÃO SF 42, DE 01-07-2013

Dispõe sobre a fixação da meta da receita tributária e do desdobramento das metas e das linhas de base das receitas tributária e não tributária, para fins de pagamento da Bonificação por Resultados - BR, instituída pela [LC 1.079-2008](#), e da Participação nos Resultados - PR, instituída pela [LC 1.059-2008](#), para o exercício de 2013

RESOLUÇÃO SF 41, DE 1º-07-2013

Dispõe sobre o sorteio de prêmios no âmbito do Programa de Estímulo à Cidadania Fiscal do Estado de São Paulo.

COORDENAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA (CAF)

PORTARIA CAF-G 00029, DE 01-07-2013

O Coordenador da Administração Financeira, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Art. 1º - Os vencimentos, salários e proventos dos servidores ativos e inativos do Poder Executivo, referentes ao mês de JUNHO/2013 cujo processamento está afeto ao Departamento de Despesa de Pessoal do Estado - DDPE estarão disponíveis na rede bancária no dia 05-07-2013.

Art. 2º - O Departamento de Finanças do Estado – DFE transferirá os recursos financeiros às Fundações e Autarquias Estaduais, na conformidade do disposto no artigo anterior.

Art. 3º - Os créditos às entidades consignatárias, no âmbito do Poder Executivo e Autarquias, serão efetuados no dia 05-07-2013.

Art. 4º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

SÃO PAULO PREVIDÊNCIA (SPPREV)

COMUNICADO

A Fundação de Previdência Complementar do Estado de São Paulo (SP-PREVCOM) informa que encaminhará proposta de alteração no Regulamento do Plano de Benefícios Complementares PREVCOM RP para a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc).

A referida solicitação tem como base manifestação da própria Previc acerca da consulta formulada pela SP-PREVCOM sobre a data de início de vigência do Plano de Benefícios PREVCOM RP (Parecer 16/2013/CGAF/DITEC/PREVIC), cujo entendimento é de que a previdência complementar, no que diz respeito aos servidores titulares de cargos efetivos e vitalícios, deve abranger somente os que entraram em exercício no serviço público a partir de 21-01-2013, data de publicação da aprovação do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP no Diário Oficial da União.

	<p>Portanto, serão solicitadas alterações nos artigos 1º do Capítulo I, 84 do Capítulo XI e 1º das Disposições Transitórias do Regulamento do Plano de Benefícios PREVCOM RP (anexo I). A proposta que será encaminhada à Previc também solicita prorrogação do prazo para opção da retroatividade dos efeitos financeiros das contribuições ao Regime de Previdência Complementar e, conseqüentemente, a alteração do artigo 1º das Disposições Transitórias do regulamento no que se refere à opção pela retroação.</p> <p>No caso de manifestação positiva do órgão competente, o referido prazo para opção da retroatividade será de 270 (duzentos e setenta) dias, encerrando-se somente em 18-10-2013.</p> <p>A opção de retroação poderá ser realizada pelos servidores do Estado de São Paulo vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, até a data de aprovação dos planos de Benefícios pela Previc, em 21-01-2013, ou à data de ingresso no serviço público do Estado de São Paulo, se posterior, e contará com a participação paritária das contribuições do patrocinador até o limite de 7,5% do salário de participação do servidor.</p> <p>Anexo I</p> <p>PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PLANO DE BENEFÍCIOS PREVCOM RP [...]</p> <p><u>PORTARIA SPPREV 216, DE 03-07-2013</u> Designa comissão para implementação de trabalhos relativos à folha de pagamentos de inativos da Polícia Militar do Estado de São Paulo junto à SPPREV, para fins que menciona, e dá outras providências.</p>
<p>Justiça e Defesa da Cidadania (SJDC)</p>	<p>GABINETE DA SECRETÁRIA (GS) <u>RESOLUÇÃO SJDC Nº 056, DE 1-7-2013</u> Institui a Comissão Organizadora da III Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, revoga a Resolução SJDC nº 053, de 21 de junho de 2013 e dá outras providências</p> <p>FUNDAÇÃO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO AO ADOLESCENTE (FUNDAÇÃO CASA) <u>PORTARIA NORMATIVA – 248, DE 3-7-2013</u> [...] Artigo 1º - Esta Portaria tem por objetivo definir conceitos e competências, estabelecendo procedimentos para a realização de inventário físico de materiais de consumo estocados nos almoxarifados desta Fundação [...]</p>
<p>Meio Ambiente (SMA)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SMA-54, DE 04-07-2013</u> Revoga as Resoluções que especifica</p> <p><u>RESOLUÇÃO SMA-52, DE 01-07-2013</u> Estabelece os procedimentos operacionais do Programa Município VerdeAzul, e dispõe sobre o método de valoração dos passivos ambientais aplicados no cálculo do Índice de Avaliação Ambiental</p> <p>FUNDAÇÃO PARA A CONSERVAÇÃO E A PRODUÇÃO FLORESTAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (FUNDAÇÃO FLORESTAL) <u>PORTARIA NORMATIVA FF/DE 186/2013</u> Estabelece procedimentos para realização de eventos nas</p>

	<p>Unidades de Conservação de Proteção Integral administradas pela Fundação Florestal.</p>
<p>Planejamento e Desenvolvimento Regional (SPDR)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>COMUNICADO</u> AUDIÊNCIAS PÚBLICAS Lei Orçamentária Anual – LOA 2014 O Governo do Estado de São Paulo, por intermédio de sua Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, visando assegurar a transparência requerida durante o processo de elaboração da Proposta Orçamentária 2014 e ainda em observância ao que recomenda a Lei de Responsabilidade Fiscal e o que é previsto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – 2014 informa que realizará AUDIÊNCIAS PÚBLICAS presenciais, nas Regiões Administrativas e Metropolitanas do Estado de São Paulo. Nesse sentido, convida toda a comunidade e seus representantes para participar das Audiências Públicas Regionais, que visam subsidiar a elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual - LOA 2014. As sugestões para a elaboração da LOA também poderão ser efetuadas por via eletrônica no site da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Regional, no endereço: http://www.planejamento.sp.gov.br, disponível a partir da data de início das Audiências presenciais. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS – LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL 2014 Regiões / Datas / Locais / Horário Audiência: Araçatuba Abrangência: Região Administrativa de Araçatuba Data: 05-07-2013 Local: Praça 09 de Julho, 26 – Centro – Município de Araçatuba Auditório da Câmara Municipal de Araçatuba Horário: 10 h Audiência: Campinas Abrangência: Região Metropolitana de Campinas Data: 11-07-2013 Local: Avenida Barão de Itapura, 1481 – Município de Campinas Auditório do Instituto Agrônomo de Campinas - IAC Horário: 10 h Audiência: São Paulo Abrangência: Região Metropolitana de São Paulo Data: 15-07-2013 Local: Rua Benjamin Constant, 682 - Município de Suzano Auditório Francisco Carlos Moriconi – Auditório da Secretaria da Cultura Horário: 14 h Audiência: Campinas Abrangência: Região Administrativa de Campinas Data: 16-07-2013 Local: Avenida Alberto Sarmento, 4 – Bonfim – Município de Campinas Auditório da Secretaria da Fazenda Horário: 14 h Audiência: Ribeirão Preto Abrangência: Região Administrativa de Ribeirão Preto Data: 17-07-2013 Local: Rua Olinda, 150 – Município de Ribeirão Preto Auditório Dr. Celso Antonio Peticarrari – Departamento de Água e</p>

	<p>Energia Elétrica - DAEE Horário: 10 h Audiência: São Paulo Abrangência: Região Metropolitana de São Paulo Data: 19-07-2013 Local: Avenida Ramiro Colleoni, 5 - Município de Santo André Auditório do Consórcio Intermunicipal do Grande ABC Horário: 10 h</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA DETRAN-1015, DE 01-07-2013</u> Relaciona e indica condutores notificados no mês de junho de 2013, consoante exigência prevista na Portaria Detran n. 767, de 2006</p> <p>→ Diretoria de Fiscalização de Condutores e Veículos (DETF) <u>COMUNICADO DETF-1, DE 27-06-2013</u> Dispõe sobre o calendário de inspeção semestral, para o exercício de 2014, para verificação dos equipamentos obrigatórios, de segurança e dos estabelecidos na Portaria Detran n. 503, de 16-03-2009, para os veículos de transporte de escolares registrados na Capital</p>
<p>Procuradoria Geral do Estado (PGE)</p>	<p>CONSELHO DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO (CPGE) <u>DELIBERAÇÃO CPGE 095/07/2013</u> Instruções para o concurso de promoção na Carreira de Procurador do Estado, correspondente às condições existentes em 31-12-2012.</p> <p>ESCOLA SUPERIOR DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DE SÃO PAULO (ESPGE) <u>PORTARIA ESPGE-1, DE 02-07-2013</u> Cessa os efeitos das designações anteriores e designa os novos Coordenadores, Subcoordenadores e Monitores dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado para o 2.º semestre de 2013</p> <p>PROCURADORIAS REGIONAIS (PR) → Procuradoria Regional da Grande São Paulo <u>COMUNICADO G.PR-1 - 17, DE 05-07-2013</u> A Procuradoria Regional da Grande São Paulo faz saber que estarão abertas para todos(as) os(as) Procuradores(as) do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período compreendido entre os dias 10 e 15-07-2013, as inscrições para preenchimento de 04 (quatro) vagas para integrar Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal da Seccional de Guarulhos.</p> <p><u>COMUNICADO G.PR-1-16, DE 05-07-2013</u> A Procuradoria Regional da Grande São Paulo faz saber que estarão abertas para todos(as) os(as) Procuradores(as) do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período compreendido entre os dias 10 e 15-07-2013, as inscrições para preenchimento de 04 (quatro) vagas para integrar Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal da Seccional de</p>

	<p>Osasco.</p> <p><u>COMUNICADO G.PR-1-15, DE 05-07-2013</u> A Procuradoria Regional da Grande São Paulo faz saber que estarão abertas para todos(as) os(as) Procuradores(as) do Estado, independentemente da área ou unidade de classificação, no período compreendido entre os dias 10 e 15-07-2013, as inscrições para preenchimento de 04 (quatro) vagas para integrar Comissão de Concurso para admissão de estagiários de Direito na área do Contencioso Geral e Tributário Fiscal da Seccional de Santo André [...]</p>
<p>Saúde (SS)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SS - 66, DE 5-7-2013</u> Dispõe sobre a realização de Convocação Pública a que alude o § 3º, do Artigo 6º, da Lei Complementar - 846, de 04.06.1998, e dá outras providências. [...] Artigo 1º - Realizar a presente Convocação Pública das entidades privadas sem fins lucrativos, que já possuam qualificação como Organização Social de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 846, de 04 de junho de 1998, para que, na hipótese de comprovado interesse em celebrar Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado da Saúde para gerenciar o AMBULATÓRIO MÉDICO DE ESPECIALIDADES “Dr. LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA” - AME “Dr. LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA”, manifestem, por escrito, seu intento junto ao Titular da Pasta, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis a contar da publicação desta Resolução [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 64, DE 3-7-2013</u> Dispõe sobre o teto financeiro de média e alta complexidade ambulatorial e hospitalar, dos prestadores de serviços sob gestão estadual, nos convênios e contratos firmados no âmbito do SUS-SP, decorrentes dos recursos incorporados ao teto financeiro da assistência e dá outras providências.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SS - 63, DE 3-7-2013</u> Altera a Resolução SS - 83, de 7-8-2012, que disciplina, no âmbito da Pasta, o atendimento aos pacientes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), com a participação, de forma complementar e integrada à rede psicossocial, de entidades especializadas, mediante a celebração de contratos ou convênios, e dá providências decorrentes.</p> <p><u>COMUNICADO GS/SES - S/N, DE 4-7-2013</u> Aos Prestadores de Terapia Renal Substitutiva do SUS-SP sob Gestão Estadual A Secretaria de Estado da Saúde comunica que: O Ministério da Saúde efetuou o repasse financeiro referente aos serviços produzidos na competência maio de 2013, com os valores estabelecidos na Portaria MS/SAS - 677 de 9 de dezembro de 2010 (que redefiniu os limites financeiros destinados ao custeio da Terapia Renal Substitutiva no Estado) [...]</p> <p>COORDENADORIA DE CONTROLE DE DOENÇAS (CCD) → Centro de Vigilância Sanitária (CVS) <u>RESOLUÇÃO SS - 28, DE 25-2-2013</u> Aprova Norma Técnica que disciplina os serviços de necrotério,</p>

	<p>serviço de necropsia, serviço de somatoconservação de cadáveres, velório, cemitério e as atividades de exumação, cremação e transladação, e dá outras providências.</p>
<p>Segurança Pública (SSP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SSP-100, DE 04/07/13</u> Protocolo Geral GS 14.216/12 [...] Artigo 1º - Fica delimitado como "Área de Segurança", o trecho da via pública adjacente ao prédio localizado à Rua Conselheiro Furtado, 688, Liberdade, nesta Capital, onde se encontram instaladas dependências do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. [...]</p> <p><u>RESOLUÇÃO SSP-99, DE 28-06-2013</u> O Secretário da Segurança Pública, considerando o disposto no artigo 4º do Dec. 59.156/2013, resolve: Artigo 1º - Fica disciplinado o processo de Avaliação para fins de recebimento do Prêmio de Produtividade Médica – PPM, instituído pela LC. 1.193/2013, aos integrantes da carreira de Médico em efetivo exercício nesta Secretaria. Parágrafo único – A avaliação de que trata o "caput" deste artigo aplica-se aos servidores titulares de cargos ou ocupantes de funções-atividades de caráter permanente de Médico [...]</p>
<p>Universidade de Campinas (UNICAMP)</p>	<p>REITORIA <u>PORTARIA GR-070, DE 27-06-2013</u> Estabelece a ordem de substituição do Coordenador Geral da Universidade</p> <p><u>PORTARIA GR-068, DE 27-06-2013</u> [...] Artigo 1º - Fica constituída Comissão Organizadora da UPA - Unicamp de Portas Abertas - para coordenar a organização e a execução das atividades relacionadas ao evento que se realizará no dia 31-08-2013, objetivando estabelecer procedimentos para homogeneizar e articular a atuação dos diversos órgãos da Universidade e fazer a prestação de contas compondo quadros financeiros e estatísticos. [...]</p>
<p>Universidade de São Paulo (USP)</p>	<p>REITORIA → Gabinete do Reitor (GR) <u>RESOLUÇÃO USP-6.583, DE 4-7-2013</u> Dispõe sobre o Plano Institucional da Universidade de São Paulo</p> <p>→ Pró-Reitorias → → Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária (PRCEU) <u>RESOLUÇÃO COCEX-6.566, DE 17-6-2013</u> Altera os dispositivos do Regimento do Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo</p> <p><u>PORTARIA PRCEU-31, DE 3-6-2013</u> Constitui Grupo de Trabalho com o objetivo de articular ações nas áreas acadêmica, cultural, administrativa e financeira, composto pela Assistência Técnica do Gabinete da Pró-Reitoria de Cultura e Extensão Universitária e os níveis executivos de apoio às Diretorias dos Órgãos da PRCEU</p> <p>→ → Pró-Reitoria de Graduação (PRG)</p>

	<p><u>RESOLUÇÃO COG-6.584, DE 5-7-2013</u> Dispõe sobre a implementação das ações do Plano Institucional da Universidade de São Paulo</p> <p><u>RESOLUÇÃO COG-6.580, DE 3-7-2013</u> Estabelece normas, dispõe sobre as disciplinas e respectivos programas do Programa de Avaliação Seriada – PASUSP, de 2013, da Universidade de São Paulo e dá outras providências</p>
Defensoria Pública do Estado (DPE)	<p>DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO (DPG) <u>ATO DA DEFENSORA PÚBLICA-GERAL DO ESTADO, DE 04-07-2013</u> [...] Artigo 1º - A remoção a pedido dos Oficiais de Defensoria Pública far-se-á mediante requerimento endereçado à Defensora Pública-Geral do Estado, a ser encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos até o dia 10-07-2013, às 16 horas. §1º - O requerimento deverá ser encaminhado através do email institucional de cada interessado, ao endereço eletrônico: drh@defensoria.sp.gov.br, com a indicação de três vagas pretendidas na ordem de preferência, conforme anexo I. §2º - A inscrição, se aceita, será confirmada via e-mail pelo Departamento de Recursos Humanos. §3º - Deverão requerer a remoção a pedido somente aqueles que desejarem a alteração de lotação para outra Defensoria Pública Regional ou para outra Unidade da mesma Defensoria Pública Regional [...]</p>
Publicação DOE - Legislativo	SÃO PAULO - PODER LEGISLATIVO
06/07/2013	<p>TRIBUNAL DE CONTAS (TCE) COMUNICADO SDG Nº 027/2013 O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo COMUNICA que, em face da Lei Federal nº 12.816, de 5 de junho de 2013, Estado e Municípios poderão aproveitar registros de preços realizados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Referido aproveitamento fica limitado àqueles registros de preços que objetivem “aquisição de bens e contratação dos serviços necessários à execução das ações e projetos educacionais, inclusive quando empregados recursos próprios”, conforme disposto no artigo 6º de aludida Lei. SDG, 05 de julho de 2013. SÉRGIO CIQUERA ROSSI SECRETÁRIO–DIRETOR GERAL DO Legislativo, 06/07/2013, p. 29</p>
05/07/2013	<p>PROJETOS DE LEI <u>PROJETO DE LEI Nº 452, DE 2013</u> Autoriza o Estado de São Paulo a celebrar convênios com os Municípios, objetivando promover o repasse de incentivo financeiro proveniente do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN). DO Legislativo, 05/07/2013, p. 11</p>
04/07/2013	<p>PROJETOS DE LEI COMPLEMENTAR <u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 24, DE 2013</u> Mensagem A-nº 108/2013, do Sr. Governador</p>

	<p>São Paulo, 3 de julho de 2013</p> <p>Senhor Presidente</p> <p>Tenho a honra de encaminhar, por intermédio de Vossa Excelência, à elevada deliberação dessa nobre Assembleia, o incluso projeto de lei complementar que altera a Lei complementar nº 1.080, de 17 de dezembro de 2008, que instituiu Plano Geral de Cargos, Vencimentos e Salários para os servidores das classes que especifica.</p> <p>A medida decorre de estudos realizados na Secretaria da Saúde, encontrando-se plenamente delineada no Ofício GS nº 1978/2013, encaminhado pelo titular da Pasta, texto que faço anexar, por cópia, à presente Mensagem, para conhecimento dessa ilustre Casa Legislativa.</p> <p>Expostas, assim, as razões determinantes de minha iniciativa, solicito que a sua apreciação se faça em caráter de urgência, nos termos do artigo 26 da Constituição do Estado.</p> <p>Reitero a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.</p> <p>Geraldo Alckmin GOVERNADOR DO ESTADO</p> <p>A Sua Excelência o Senhor Deputado Samuel Moreira, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado. [...]</p> <p>DO Legislativo, 04/07/2013, p. 11</p> <p><u>PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 23, DE 2013</u></p> <p>Cria a Região Metropolitana de Ribeirão Preto, o Conselho de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Ribeirão Preto e autoriza o Poder Executivo a instituir entidade autárquica, a constituir o Fundo de Desenvolvimento Metropolitano da Região de Ribeirão Preto, e dá providências correlatas.</p> <p>DO Legislativo, 04/07/2013, p. 10</p> <p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 447, DE 2013</u></p> <p>Dispõe sobre a obrigatoriedade de bares, restaurantes, padarias e estabelecimentos similares, que se utilizem de comanda eletrônica ou cartão, fornecerem comanda impressa que permita controle do consumo pelos clientes no Estado e dá outras providências</p> <p>DO Legislativo, 04/07/2013, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 446, DE 2013</u></p> <p>Altera a Lei n.º 12.916, de 16 de abril de 2008, que dispõe sobre o controle da reprodução de cães e gatos e dá providências correlatas.</p> <p>DO Legislativo, 04/07/2013, p. 12</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 445, DE 2013</u></p> <p>Obriga a Suspensão de Cobrança de Pedágio e a Liberação da Passagem de Veículos na Hipótese de Atraso no Atendimento e Fixa Quantidade Máxima de Cabines de Arrecadação Eletrônica nas Praças de Pedágios das Rodovias do Estado de São Paulo.</p> <p>DO Legislativo, 04/07/2013, p. 11</p>
<p>03/07/2013</p>	<p>PROJETOS DE LEI</p> <p><u>PROJETO DE LEI Nº 439, DE 2013</u></p> <p>Cria o Programa de Atendimento Juvenil aos Egressos de Casa Abrigo, e dá outras providências.</p> <p>DO Legislativo, 03/07/2013, p. 24</p>

	<p><u>PROJETO DE LEI Nº 438, DE 2013</u> Reconhece a todo aluno do ensino fundamental da rede pública do Estado, no qual forem constatadas necessidades especiais, o direito à tutoria educacional. DO Legislativo, 03/07/2013, p. 24</p> <p>RETIFICAÇÃO <u>PROJETO DE LEI Nº 716, DE 2011</u> Leia-se como se segue e não como constou: Dispõe sobre o serviço comunitário obrigatório para formandos em Medicina nas universidades públicas. (Publicado no D.A.L. de 6/8/2011) DO Legislativo, 03/07/2013, p. 25</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
06/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 54.074, DE 5 DE JULHO DE 2013</u> Confere nova redação aos artigos 28, 70 e 92 do Decreto nº 44.667, de 26 de abril de 2004, que dispõe sobre normas específicas para produção de Empreendimento de Habitação de Interesse Social – EHIS, Habitação de Interesse Social – HIS e Habitação do Mercado Popular – HMP, bem como estabelece normas correlatas.</p>
05/07/2013	<p><u>LEI Nº 15.838, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> (PROJETO DE LEI Nº 236/13, DO EXECUTIVO, APROVADO NA FORMA DE SUBSTITUTIVO DO LEGISLATIVO) Autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social Autônomo denominado Agência São Paulo de Desenvolvimento - ADE SAMPA; institui o Programa para a Valorização de Iniciativas Tecnológicas – VAI TEC, no âmbito da ADE SAMPA; modifica dispositivos da Lei nº 14.517, de 16 de outubro de 2007.</p> <p><u>DECRETO Nº 54.073, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Dispõe sobre a supressão e a vinculação de unidades da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social; altera a denominação e a lotação dos cargos de provimento em comissão que especifica.</p> <p><u>DECRETO Nº 54.072, DE 4 DE JULHO DE 2013</u> Regulamenta a Lei nº 15.720, de 24 de abril de 2013, que dispõe sobre a Regularização Fundiária de Interesse Social no Município de São Paulo.</p>
04/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 54.063, DE 3 DE JULHO DE 2013</u> Revoga o § 4º do artigo 4º do Decreto nº 49.539, de 29 de maio de 2008, * e introduz alterações no Decreto nº 19.512, de 20 de março de 1984. *[...] dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos do Município de São Paulo mediante convênios.</p>
02/07/2013	<p><u>DECRETO Nº 54.058, DE 1º DE JULHO DE 2013</u> Cria o Conselho Municipal de Trânsito e Transporte - CMTT, no</p>

	âmbito da Secretaria Municipal de Transportes.
--	--

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/Home_1_0.aspx
--

Equipe Responsável pelo Boletim:

Maria Isa de Aquino Sousa

mariaisa@sp.gov.br

Casa Civil do Estado de São Paulo

Centro de Documentação e Arquivo - CDA

(11) 2193-8107 e 8144

ccivil@sp.gov.br

Izabel C. Filgueiras de Almeida - icalmeida@sp.gov.br

Júlio César de Paula - jcdepaula@sp.gov.br

Marcelo Conti - mconti@sp.gov.br

Biblioteca

Cancelamento:

Caso não haja interesse em continuar recebendo este informativo, favor encaminhar solicitação de cancelamento para ccivil@sp.gov.br ou pelos telefones 2193-8144 ou 8107

